



Urbanização, energia elétrica e a aceleração do cotidiano

Alvaro Ferreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
alvaro_ferreira@puc-rio.br

Urbanização, energia elétrica e a aceleração do cotidiano (Resumo)

A chegada da energia elétrica, impulsionada pela cada vez maior urbanização da sociedade, trouxe grandes transformações no cotidiano dos moradores das cidades. A vida que se encontrava mediada e, de certa forma, dirigida pelo amanhecer e pelo anoitecer, no que tange às atividades diárias, passa a se estender por mais tempo. Temos simultaneamente uma espécie de extensão e compressão do tempo vivido nas cidades. As inovações ligadas às tecnologias de informação e comunicação aceleraram ainda mais o ritmo de nossas vidas. Vivemos o tempo da metrópole; vivemos a exacerbação da urbanização da sociedade, que nos leva para o processo de metropolização do espaço. Nossa investigação recairá sobre as mudanças propiciadas pela chegada da energia elétrica, sobre a tensão entre extensão e compressão da relação espaço-tempo, entre aproximação e afastamento na vida cotidiana.

Palavras-chave: Energia elétrica, compressão da relação espaço-tempo, cotidiano.

Urban development, electricity and acceleration of everyday life (Abstract)

The electricity, driven by urbanization of society, has brought great changes in the everyday life. The life that was mediated and led by dawn and at dusk shall be extended for longer. We have simultaneously a sort of extension and compression of time lived in cities. Innovations related to information and communication technologies further accelerated the rhythm of our lives. We live in the time of the metropolis; we are living the intensification of the urbanization of society, which leads us to the process of metropolization of the space. Our research will be speaking about the changes afforded by the arrival of electricity, about the tension between extension and compression of space-time relationship, between closeness and distance in everyday life.

key words: Electricity, space-time compression, everyday life.

A energia elétrica tem se mostrado uma fonte energética bastante versátil e, cada vez mais, vem se tornando indispensável e estratégica para o crescimento econômico e para o desenvolvimento da sociedade. Ainda assim, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), aproximadamente 33% da população mundial não tem acesso a esse recurso. Os avanços tecnológicos a que temos assistido nos últimos séculos contribuíram para grande transformação da vida cotidiana. Boa parte desses avanços está ligada à energia elétrica, dentre os quais temos os aquecedores, os aparelhos de ar condicionado, a televisão, equipamentos de som, telefones celulares, computadores etc. Isso se tornou possível devido à otimização na geração e transmissão, fazendo-a chegar aos lugares mais longínquos.

A chegada da energia elétrica, impulsionada pela cada vez maior urbanização da sociedade, trouxe grandes transformações no cotidiano dos moradores das cidades. A vida que se encontrava mediada e, de certa forma, dirigida pelo amanhecer e pelo anoitecer, no que tange às atividades diárias, passa a se estender por mais tempo. É preciso ter em conta também a aceleração da mobilidade no que se refere aos sistemas de transporte, o que levava a compressão do tempo de deslocamento. Ou seja, temos simultaneamente uma espécie de extensão e compressão do tempo vivido nas cidades. As inovações ligadas às tecnologias de informação e comunicação aceleraram ainda mais o ritmo de nossas vidas, aproximando-nos de fatos que ocorrem a milhas e milhas distantes e daqueles que estão longe de nós. Por outro lado, essa enorme quantidade de informações e de imagens trazem-nos cada vez mais a sensação de que não damos conta de tudo, dessa enorme velocidade com que as transformações ocorrem. Vivemos o tempo da metrópole; vivemos a exacerbação da urbanização da sociedade, que nos leva para o processo de metropolização do espaço. Nossa investigação recairá sobre as mudanças propiciadas pela chegada da energia elétrica, sobre a tensão entre extensão e compressão da relação espaço-tempo, entre aproximação e afastamento na vida cotidiana.

Metropolização do espaço e aceleração do cotidiano

Vimos desenvolvendo pesquisas acerca das transformações por que vêm passando as cidades, e publicando seus resultados desde 1997. Entretanto, mais especificamente a partir de 2001, voltamo-nos para um processo que tem contribuído para consideráveis mudanças nas formas de pensar, gerir e produzir as cidades. Mais do que falarmos em uma sociedade urbana, importa pensarmos no processo de metropolização do espaço. Trata-se de um processo que imprime ao território características que até então eram exclusivas da metrópole, ou, em alguns casos, da região metropolitana¹. Nesse sentido, não só as práticas espaciais, mas também as identidades dos lugares ficam sujeitas aos códigos metropolitanos. Acreditamos que o processo de metropolização do espaço guarda ligação com o discurso da associação entre modernização, progresso, desenvolvimento e homogeneização. Porém, essa tendência à homogeneização não se realiza sem tensões, sem conflitos. A metropolização do espaço leva-nos a considerar a multiplicidade e a enorme intensidade dos fluxos de pessoas, de informação e de mercadorias. Ademais, não devemos esquecer que cada vez mais tudo tem se transformado em mercadoria.

¹ Lencioni, 2006.

A sustentação de nosso trabalho estará ancorada em importantes categorias e conceituações, tais quais estrutura social, econômica e cultural; reprodução das relações sociais; representações; metropolização do espaço; a racionalidade (em geral distante do lugar); o direito à cidade (com o pensamento alternativo de alternativas); a igualdade (conduzida pela luta pelo reconhecimento da diferença); homogeneização, fragmentação e hierarquização; as escalas (mais especificamente a transescalaridade); presentificação, resistências (mobilizações sociais, em um sentido mais amplo); e, finalmente, desenvolvimento(s).

É preciso, também, contestarmos a maneira pouco cuidadosa pela qual ainda é utilizada a palavra desenvolvimento; que força tem essa expressão! Praticamente tudo é permitido se for em prol do desenvolvimento. Esse discurso do desenvolvimento tem sido crucial para o desenho da própria identidade do país, pois ao longo do tempo foi amplamente difundida a ideia de que é preciso se desenvolver; é preciso ser moderno. Com isso, muitos países viveram e vivem uma modernização ilusória com padrões de consumo imitativos, sem vínculo com as reais necessidades da sociedade. A população desses países tem experimentado a modernidade como uma ameaça a toda a sua história, tradições e objetivos. O desenvolvimento é concebido como item da modernidade vista assim como modernização. Segundo Rua², “pode-se dizer que a modernização, como base concreta da modernidade, teve como conceito-gêmeo o progresso, e a ambos foi, após a Segunda Guerra Mundial, acrescentando o conceito-síntese de desenvolvimento, que passou a expressar aquela base concreta”. Progresso e modernidade são conceitos que acompanham o desenvolvimento fazendo-se forte ideologicamente. Ele é um paradigma do projeto civilizatório ocidental a ser seguido por todas as sociedades³. Tem-se, ainda hoje, utilizado desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Esse crescimento, definitivamente, não impede o aniquilamento da sociedade, pois não se trata apenas de desigualdades de desenvolvimento, mas da total destruição das relações sociais. Na verdade, quando há luta, ela se resume a ter condições menos ruins; nunca se refere à luta pela dissolução do modelo de exploração. Ou seja, não há busca pela mudança radical.

A racionalidade econômica tende a estender-se a toda a sociedade, assim o lugar da reprodução das relações de produção é também o cotidiano do trabalho e do lazer, que se encontra extremamente ligado ao consumo; ou seja, os tempos livres são cada vez mais comercializados. Não estamos mais nos referindo à reprodução dos meios de produção, mas da reprodução das relações de produção. Em outras palavras, o que se fez durante muito tempo foi a análise crítica da produção e da reprodução dos meios de produção; quer dizer, das forças produtivas – ou seja, os trabalhadores e os seus instrumentos de trabalho. O que significa que os trabalhadores têm de reproduzir-se; de forma mais clara significa dizer que precisam ter filhos, alimentá-los, educá-los e torná-los capazes de trabalhar. Além disso, no que tange às máquinas e instalações, há o desgaste, transmitindo o seu valor, calculado em dinheiro, aos produtos. Contudo, segundo Lefebvre⁴, ainda mais importante do que isso, as técnicas e a maquinaria transmitem-se à organização e à divisão do trabalho; e desde então já estamos tratando da base da reprodução das relações sociais. O próprio Lefebvre radicaliza seu discurso ao afirmar que a escola é o local de reprodução das relações sociais de produção, pois “a escola prepara proletários e a universidade prepara dirigentes, tecnocratas e gestores

² Rua, 2007, p.149.

³ Rua, 2007.

⁴ Lefebvre, 1973, p. 49.

da produção capitalista”. Ambas propagam o conhecimento e formam as gerações jovens segundo padrões que convêm ao empresariado e à manutenção da propriedade privada. Estamos querendo dizer que não mais o discurso econômico, mas o próprio cotidiano tornou-se a base sobre a qual o capitalismo se estabelece.

A consciência vai perdendo sua função ativa à medida que o processo de reificação penetra nos setores não econômicos do pensamento e da própria afetividade, isto porque esse conjunto econômico tende a se apossar de todas as manifestações da vida humana. Goldmann⁵ lembra-nos que, em muitos textos, “Marx insiste no fato de que (...) o que caracteriza o valor de troca é que ele transforma a relação entre o trabalho necessário à produção de um bem e este mesmo bem em qualidade objetiva do objeto; é o próprio processo de reificação”. Assim, estamos falando de um processo social que faz com que o valor chegue à consciência da sociedade como uma qualidade objetiva da mercadoria. Importa percebermos que um dos pontos fundamentais da sociedade capitalista é mascarar as relações sociais entre os homens, transformando-os em seres passivos, “em espectadores de um drama que se renova continuamente e no qual os únicos elementos realmente ativos são as coisas inertes. (...) Substitui valor de uso por valor de troca e as relações humanas concretas [e específicas] por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores”⁶. E mais, separa o produto do produtor, fortalecendo a autonomia da coisa com relação à ação dos homens e, o pior, contribuindo para a imobilização, para a naturalização e banalização das desigualdades; não há alternativa é a expressão mais ouvida.

O espaço torna-se cada vez mais o meio de reprodução das relações sociais; sendo hierarquizado, objeto de investimentos públicos e privados, reserva de valor ou mesmo deixado ao acaso e abandonado. Talvez a grande batalha deva centrar-se na necessidade de romper com a ocultação e buscar desvelar essa dominação do espaço. Lefebvre⁷ acrescentava, já na década de 1970, que “os espaços de lazer constituem objecto de especulações gigantescas, mal controladas e frequentemente auxiliadas pelo Estado (construtor de estradas e comunicações, aval directo ou indirecto das operações financeiras, etc.)”. O espaço é vendido a alto preço aos cidadãos e outros são “expulsos” de certas áreas da cidade. Na maioria das vezes, essa “expulsão” se dá de forma indireta, visto que o aumento do custo do solo urbano no lugar inviabiliza a permanência da população de mais baixa renda. Temos dedicado vários estudos acerca das políticas de “revitalização” e/ou “renovação” urbana e a consequente gentrificação⁸, entretanto, para este artigo, enfocaremos como as novas tecnologias de informação e comunicação têm modificado a maneira de vender, viver e experimentar a cidade, contribuindo para que acreditemos que o mundo está cada vez mais acelerado.

Mercadificação: a imagem virtual transformada em paisagem

Tratamos da utilização da imagem virtual transformada em paisagem como estratégia para ocultar as tensões na produção do espaço. É a partir deste cenário que procuraremos

⁵ Goldmann, 1977, p. 141.

⁶ Goldmann, 1977, p. 145.

⁷ Lefebvre, 1973, p. 96.

⁸ Ferreira, 2011, Ferreira, 2009, Ferreira, 2007, Ferreira, 2006, Ferreira, 2005.

desenvolver nosso objetivo de desconstruir as estratégias de produção do espaço à revelia dos habitantes do lugar a partir da construção, no imaginário social, de ideários de cidade, que vão ao encontro do desejo dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e do empresariado ligado à atividade turística – que fazem uso das novas tecnologias, transformando imagens virtuais em paisagens –, e que tem tido como resultado, graves processos de gentrificação.

Temos presenciado impressionantes inovações nas tecnologias de comunicação e informação. A cada instante as imagens tornam-se mais próximas do mundo “real”; ganham movimento como em um filme, e cada vez mais as imagens virtuais são cuidadosamente “colocadas” na paisagem. Se a paisagem tem um caráter de algo que já existe, então essas imagens, ao serem “coladas” nela, acabam ajudando a introjetar nos agentes a sensação de que isso já está dado, já é um dado, porque se transformou em paisagem.

Se é possível afirmarmos, junto com Santos (1996), que a paisagem se constitui como um conjunto de objetos reais-concretos, que junta objetos passados e presentes, a introjeção de uma imagem virtual na paisagem transforma um objeto, que existe em projeto, em “real”, visto que está posto na paisagem.

A ideia de Augustin Berque⁹, ao pensar a paisagem como marca e matriz, leva-nos a imaginar que o uso da tecnologia digital na representação da paisagem, reforça aquilo que estamos chamando de imagem virtual transformada em paisagem. Trata-se de uma dupla dimensão: a paisagem é marca, porque expressa a sociedade; a paisagem é matriz porque influencia nossos esquemas de percepção, de concepção e de ação. Ou seja, quando a imagem é “colocada” em uma paisagem que reconhecemos, acabamos concebendo aquilo como posto, como já dado. Pois bem, vejamos algumas imagens (Figuras 1, 2, 3, 4 e 5).

Milton Santos¹⁰ lembra-nos que a paisagem existe através de suas formas, que são “criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual”. Fato é que as formas que compõem a paisagem têm certas funções que respondem às necessidades da sociedade atual. Ora, se formas virtuais são introjetadas na paisagem, isso contribui para construir no imaginário social a ideia de que aquilo está ali, tem uma função e não caba mais discutir sua necessidade ou importância.

Santos¹¹, ao afirmar que “a partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares”, incita-nos a pensar nas relações que ocorrem também nos lugares. Resta-nos saber como poderemos escapar de toda essa estratégia de produção do espaço que deixa o cidadão fora do debate acerca do que ele deseja para a sua cidade.

⁹ Berque, 1998.

¹⁰ Santos, 1996, p. 84.

¹¹ Santos, 1996, p. 58.



Figura 1. Imagem virtual do Museu do Amanhã “colocada” na paisagem da área central do Rio de Janeiro e a paisagem sem o acréscimo

Fonte: <http://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/museu-do-amanha.html>, em 07/03/2012.



Figura 2. O fim do Viaduto da Perimetral e a introdução do VLT

Fonte: www.rio.rj.gov.br/



Figura 3. Praça Mauá com e sem o Viaduto da Perimetral

Fonte: www.rio.rj.gov.br/



Figura 4. Transformação na Av. Rio Branco em frente ao Theatro Municipal com o VLT em funcionamento.

Fonte: www.rio.rj.gov.br/



Figura 5. Transformação na Av. Francisco Bicalho: mar de prédios

Fonte: www.rio.rj.gov.br/

Ciberspaço, redes sociais e possibilidades de (re)ação

Neste momento, não há como não retornar ao eixo norteador do discurso do desenvolvimento, já que ele tem sido usado como justificativa para inúmeras ações por parte do Estado ou dos empreendedores que, segundo seu discurso, visam ao crescimento do país. Acreditamos, junto com Rua¹², que “é preciso observar toda uma série de manifestações particulares onde há marcos históricos que definem os diferentes momentos de construção da identidade local [aqui preferimos pensar em identidade do lugar], sempre integrada à lógica dos diversos desenvolvimentos”. Não sem razão, Vainer¹³ faz duras críticas a ideia de desenvolvimento local, até porque pensar o local como alternativa a outras escalas contribui para encobrir a natureza do desenvolvimento. Assim, acredita Vainer¹⁴ que o local constitui escala e arena de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas. Propõe uma abordagem das relações interesescalares, capaz de combinar, ao invés de opor, as múltiplas escalas. Por isso, acredita Rua¹⁵, que a ideia de “desenvolvimento local escamotearia a lógica do capitalismo e não constituiria outro modelo de desenvolvimento”. Posto isso, Rua¹⁶ acredita ser necessário o nosso retorno aos “autores críticos ao desenvolvimento e retornar à ideia de diferentes modelos de desenvolvimento – desenvolvimentos geográficos desiguais”, além disso, afirma ser importante “colocar como horizonte o desenvolvimento sócio-espacial que, por não poder

¹² Rua, 2007, p. 173.

¹³ Vainer, 2000, 1998.

¹⁴ Vainer, 2000.

¹⁵ Rua, 2007, p. 174.

¹⁶ Rua, 2007, p. 179.

ser apenas local (não pode haver indivíduos autônomos numa sociedade heterônoma), teria que ser de uma sociedade em escala mais ampla, traduzida em ações em âmbito local”.

O autor resgata importante contribuição de Sen¹⁷, que trabalha com a noção de desenvolvimento ligado a ampliação das potencialidades humanas, que, por sua vez, dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, direitos civis individuais e coletivos e liberdade. Assim, conforme Rua¹⁸, a base material para o desenvolvimento é decisiva, mas é um meio e não um fim. Pode haver crescimento econômico sem que, automaticamente, se esteja diante de um processo de desenvolvimento. É preciso partir dessa percepção, pois temos observado a aceitação passiva, por boa parte da sociedade, do discurso e conteúdo da modernização: privatização dos serviços coletivos, transformação dos modos de vida, aceleração da compressão espaço-tempo etc. Contudo, como nos lembra Ribeiro¹⁹, essa é apenas “uma das possibilidades abertas pela nova frente modernizadora, correlata a tendências observadas nos países centrais”. Importa valorizar a história única de da sociedade brasileira e, obviamente, isso não significa que nossa cultura não contenha traços – inclusive fortes – de outras culturas. Talvez seja por isso que Ribeiro²⁰ acredita que existam “atos a serem reconhecidos e valorizados e, ainda, vozes a serem ouvidas e inscritas na formulação dos futuros possíveis”.

A noção de uma única forma de desenvolvimento que nos é imposta – e o que é pior, aceita – faz com que olhemos para o espaço urbano como problema e não como questão, faz-nos percebê-lo como atrasado em relação a este ou aquele modelo e não como objeto de luta e de utopia. Isso é ruim, pois se há nesse olhar críticas sérias, há também, como nos mostra Ribeiro (2000), “projetos de nova modernização mimética e, assim, de rápida imposição de modelos e práticas que impedem a verdadeira modelização de futuros possíveis”. As ações ocorrem sempre no presente e é a partir da vinculação entre o passado – com toda nossa historicidade – e o futuro – com o projeto utópico que almejamos – que poderemos construir as mudanças. Estamos, então, certos de que as espacialidades e temporalidades do cotidiano não se separam da dimensão do concreto e nesse sentido, como afirmamos anteriormente, devemos fugir do risco das reificações; senão estaremos caminhando na direção da naturalização das fraturas sociais, passando a ver como normais a segregação espacial e as enormes desigualdades na apropriação da cidade. Se escaparmos dessa naturalização, a percepção das fraturas sociais – que são também espaciais – podem contribuir para formação de movimentos de luta. Estamos falando da luta pela apropriação do espaço a partir da busca de racionalidades alternativas. Ribeiro²¹ afirma que tais racionalidades ainda estão em processo de sistematização, “porém ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais”. Dessa maneira, “nessa repetição, é possível reconhecer sintomas de que se encontra em germinação uma outra cidade (Santos, 2000), bem diferente daquela imaginada pelos que anseiam pela materialização, no país, da face luxuosa, gestora e contemplativa da cidade global”.

¹⁷ Sen, 2000.

¹⁸ Rua, 2007, p. 180.

¹⁹ Ribeiro, 2000, p. 240.

²⁰ Ribeiro, 2000, p. 241.

²¹ Ribeiro, 2005, p. 421.

É no cotidiano, na ordem próxima, que a ordem distante, com todo aquele discurso pronto do desenvolvimento – que difere da noção de desenvolvimentos desenvolvida por Rua (2007) – tenta persuadir e se realizar. Escapar dessa armadilha é preciso, então, se falamos de uma produção da cidade e das relações sociais na cidade, estamos falando de uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mas do que de uma produção de objetos. É essa certeza que leva Lefebvre²² a afirmar que “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. Estamos falando de uma história de conflitos; a ordem distante tenta se projetar na ordem próxima, contudo esta tentativa não deve ser tranquila. A ordem próxima precisa entender que é, nela mesma, sujeito da transformação, pois é em seu âmbito, no cotidiano, que se encontram o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar²³.

Importa, antes de tudo, ter em mente que para falarmos de movimentos sociais, torna-se necessário partir do cotidiano, que engloba grupos organizados, valores, meios de produção, lugares de encontro e de conflito, diferenças... Assim, afastamo-nos do discurso que associa relações de poder apenas ao Estado; o poder é multidimensional, visto que as relações sociais são relações de poder. Se acrescentarmos a esta afirmação o fato de serem as relações sociais também relações espaciais, o grau de complexidade torna-se ainda maior. Nesses termos, não há dúvida: onde há poder há também resistências. Todavia, o Estado exerce papel diferenciado no jogo de poder, pois é uma instância de poder separada do restante da sociedade por configurar uma divisão estrutural entre dirigentes e dirigidos. Esse fato faz com que Souza²⁴ afirme que associando a forte correlação entre o exercício do poder estatal, a reprodução de privilégios econômicos e a exploração de classe, percebamos que “o Estado é uma instância não somente de poder, mas de dominação”. Neste ponto acreditamos que a sociedade civil tenha um papel fundamental, mas é necessário que ultrapasse apenas a crítica (quando muito...) e constitua-se numa opositora aos projetos conservadores. Sabemos que o espaço é um produto social e, nesse sentido, produzido com certas intencionalidades, o que nos faz acreditar que é preciso que a sociedade civil elabore suas próprias propostas e lute por sua implementação independentemente dos mecanismos elaborados pelo Estado. Aliás, Souza²⁵ acredita que a sociedade deve gestar “suas próprias propostas e, à revelia do Estado, apesar do Estado e contra o Estado, [deva buscar] concretizá-las”.

Isso obriga-nos a lidar com o fato das questões teóricas mostrarem-se, inclusive, como problemas práticos. Buscando ser mais claro, vemo-nos na defesa da autogestão e, conseqüentemente, da redução da importância Estado (o que não significa o fim do Estado, mas maior voz e poder para a sociedade civil), entretanto vivemos em um país em que a desigualdade social ainda alcança patamares elevadíssimos e onde o Estado tem (ou deveria ter) um papel importante. Assim, se acreditamos que o ponto de partida deve ser a realidade, isso também significa considerá-la como um limite à ação. Aliás, a própria teoria pode tornar-se um limite à transformação. É preciso entender que qualquer contraposição ao modelo vigente somente poderá partir de dentro do próprio capitalismo. Não basta fazer a crítica ao modelo, pois – segundo Marx – é preciso interpretá-lo para, então, transformá-lo, para mudar

²² Lefebvre, 1991, p. 47.

²³ Lefebvre, 1999, 1994, 1991, 1981, 1979; Harvey, 2006, 2000, 1996, 1980.

²⁴ Souza, 2006, p. 39.

²⁵ Souza, 2006, p. 273.

o estado de coisas atual. Infelizmente, a maioria quando muito chega apenas à interpretação. É essa inquietação de Marx que leva a cientista política Thamy Pogrebinschi²⁶ a afirmar que “não há, hoje, nada mais próximo do fim da propriedade do que a sua expansão irrestrita e ilimitada.” Pensar a mudança significa lutar pela transformação das condições materiais e não apenas pela obtenção de concessões formais; lutar pelo direito de viver em uma cidade com mais justiça social. O espaço torna-se cada vez mais o meio de reprodução das relações sociais; sendo hierarquizado, objeto de investimentos públicos e privados, reserva de valor ou mesmo deixado ao acaso e abandonado. Assim, estamos diante de grandes contradições entre os diferentes atores sociais que, ao procurarem se apropriar do espaço, mostram-se em grande tensão na disputa para por em prática seus diferentes valores de uso do solo urbano. Talvez a grande batalha deva centrar-se na necessidade de romper com a ocultação e buscar desvelar essa dominação do espaço. O espaço torna-se o lugar da reprodução das relações sociais de produção e não apenas dos meios de produção, destarte percebemos o espaço como mercadoria. Porém, se o espaço é o lugar da reprodução, é também lugar da contestação, do encontro, da rebeldia, lugar da ação. E aqui estamos diante de grandes tensões, contradições; ou seja, se é no espaço da vida cotidiana que percebemos e vivemos o dia-a-dia, é nele também que os especialistas – cientes ou não do fato de que o espaço produzido interfere fortemente nas relações sociais – concebem seus projetos e os põem em curso à revelia dos habitantes do lugar. Muitas vezes aqueles que deveriam ser os atores sociais da luta por mudanças acabam por perceber e viver a partir da total naturalização de tudo, da banalização da miséria, da desigualdade. Por outro lado, há também aqueles atores sociais que, a partir da indignação, procuram formas de lutar contra o estado de coisas atual; as estratégias de suas práticas espaciais são fundamentais, posto que percebem que a produção do espaço é também instrumento de reprodução das relações sociais. O pensamento dialético parte da compreensão dos processos, dos fluxos e das inter-relações, por isso somente é possível entender os atributos (qualitativos ou quantitativos) daquilo que se almeja estudar através da compreensão dos processos e relações que aquilo venha a internalizar. Estaremos buscando as tensões, os conflitos; os momentos em que se encontram homogeneização e fragmentação, aproximações e afastamentos, ordem e desordem, acomodação e inquietação, conformação e inconformismos, imobilismos e (re)ação.

Temos visto várias mobilizações que tiveram como ponto de partida as redes sociais, que tem como lugar de origem o ciberespaço. Evidentemente, não há como aprofundar demasiadamente o debate acerca das inúmeras possibilidades de se pensar, atualmente, o ciberespaço. Há tempos, ao estudarmos o teletrabalho (1999), já apontávamos algumas estratégias de controle, mas também algumas possibilidades de ação nesse ambiente virtual.

A maioria dos autores afirma que o ciberespaço não é algo concreto, palpável²⁷, “mas existe de outra forma, outra realidade. O ciberespaço existe em um local indefinido, desconhecido, cheio de possibilidades”²⁸. Acredita Monteiro²⁹, que nós podemos pensar no ciberespaço como “um universo virtual proporcionado pelas redes de telecomunicações, mormente a Internet. O ciberespaço pode ser concebido, também, como um novo mundo, um novo espaço

²⁶ Pogrebinschi, 2009.

²⁷ Lévy, 1998, Koepsell, 2004.

²⁸ Monteiro, 2007.

²⁹ Monteiro, 2007.

de significações, um novo meio de interação, comunicação e de vida em sociedade. (...) não é irreal ou imaginário, existe de fato”.

Riscos! Ao que parece, há nesses autores certo deslumbramento. Parece que o ciberespaço pode propiciar total interação e liberdade. Aliás, Monteiro³⁰, totalmente envolvida pela empolgação de um otimista Lévy³¹, chega a afirmar que o ciberespaço “se trata de um local real, porém não físico. É um ambiente onde pessoas do mundo todo podem interagir sem estar, de fato, presentes. É um novo espaço de comunicação, representação e interação”. Há, simultaneamente, cada vez mais possibilidades de controle. A noção da existência do controle se manifesta, inclusive, na projeção do futuro através dos filmes de ficção científica; seja em *Blade Runner*, em que as ruas eram varridas por poderosos holofotes instalados em máquinas que sobrevoavam as cidades e observavam o que acontecia embaixo, seja em *Minority Report*, em que era possível identificar o local em que se encontrava qualquer cidadão a partir da identificação da íris, seja em *Matrix*, que seria uma espécie de evolução do Panóptico que se expande a todos os domínios da vida. A *Matrix* exerce seu controle através da Rede e, dessa forma, não se limita ao espaço concreto, fechado; vai além, expandindo e criando o espaço. Não há mundo real. O mundo é pura interface e funciona como um jogo, um *videogame*. Para vencer esse “jogo” é necessário conhecer o sistema de simulação como um espaço de desconexão do real, pois dentro do sistema os movimentos dos corpos são totais, o tempo pode ser congelado e a velocidade é infinita. E ainda mais, dentro do próprio “movimento revolucionário” – que aparecia como uma espécie de vírus contra o sistema – percebemos a criação de mecanismos de defesa e controle da própria *Matrix* que ora simulam a realidade, ora ocultam-na; em um movimento que, sem que os “revolucionários” percebam, os mantêm sob controle.

Deleuze (1992) afirma estarmos vivendo em uma sociedade de controle. O controle se dá em qualquer local, todo local é um ponto na rede de controle do sistema. Os pontos são cada vez mais multiplicados (“sorria, você está sendo filmado”). Percebemos a formação de uma rede entre poder, visão e informação. Ou seja, o trabalhador não se livrou do controle e o cidadão encontra-se, na grande cidade, também vigiado. Um sem-fim de câmeras cumprem o papel de dar segurança ao morador do condomínio fechado, ao trabalhador da grande empresa, vigiam o trânsito das ruas da cidade, a circulação no estacionamento do *shopping center*... Isso é perigoso, pois ao aceitar as comodidades oferecidas pela tecnologia, as pessoas concordam em renunciar a parte de sua privacidade. Whitaker³², professor da Universidade de York em Toronto, ao ser questionado sobre a invasão de privacidade, aponta para uma importante constatação ao falar sobre a aceitação dessa forma de controle pelas pessoas, já que “elas fazem isso em troca de produtos, serviços e segurança. O que torna esse processo irreversível é que ninguém está impondo nada a ninguém. É tudo consensual”.

Ao permitirmos a instalação de câmeras no elevador ou na entrada do nosso edifício, para nos alertar contra a presença de um possível assaltante, concordamos, também, com que nossos passos sejam seguidos pelos porteiros e vizinhos. Apenas como ilustração, utilizar-nos-emos de reportagem da Revista *Veja*³³, que cronometrou quanto tempo uma estudante universitária

³⁰ Monteiro, 2007.

³¹ Lévy, 1999, 2000.

³² Whitaker, 2001, p. 79, em entrevista em matéria da Revista *Veja* de 30 de maio de 2001.

³³ Revista *Veja* (30 de maio de 2001).

era monitorada por dia. Desde que sai de casa pela manhã até retornar a estudante é monitorada pelas câmeras durante seis horas e trinta e cinco minutos. Recentemente, nos Estados Unidos, foi lançado o *Digital Angel* – *chip* de computador do tamanho de uma moeda de um centavo – que pode ser implantado sob a pele de uma pessoa e que segue enviando sinais eletrônicos que podem ser captados por um satélite, sendo possível rastreá-la em qualquer lugar do planeta.

Na própria Internet estamos sendo vigiados constantemente. Os *sites*, para bisbilhotar seus usuários, fazem uso dos *cookies* – registro eletrônico que o *site* envia para o disco rígido do computador sem que o usuário saiba – que funcionam como uma espécie de impressão digital, pela qual o computador é imediatamente reconhecido na próxima vez que retornar àquele *site*. Assim, não é difícil compreender porque quando entramos em determinado *site* – inclusive dos bancos em que temos conta corrente – somos imediatamente reconhecidos através de mensagens do tipo “bom dia, fulano...”

O que estamos querendo dizer é que há, simultaneamente, controle mas também possibilidades de (re)ação. E aqui, as redes sociais podem ter um papel de imobilização ou de mobilização; tudo depende do fim que damos à técnica. A rede social é composta por pessoas ou organizações ligadas por determinado tipo de relações, que têm objetivos e valores em comum. As redes sociais funcionam a partir de redes de relacionamentos, como *facebook*, *Orkut*, *myspace*, *twitter*; ou como redes profissionais (*linkedin*). Ali percebemos o compartilhamento de informações, interesses e conhecimentos através de algum círculo identitário.

Retornando ao debate acerca das mobilizações, o problema é que grande parte das pessoas satisfaz-se em participar e expor suas posições apenas na rede. Creem que assim já estão fazendo a sua parte. Acreditamos ser este apenas o ponto de partida. Acredito mesmo que as redes sociais podem ajudar bastante na organização de mobilizações que busquem transformar, mas é preciso ocupar o espaço. É preciso ir para a rua, ocupar o espaço.

Tivemos, no ano de 2011, inúmeras mobilizações e protestos sociais que acabaram tomando a dimensão de um movimento global. Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen (luta contra as ditaduras); Espanha (os Indignados d Puerta del Sol), Portugal (Geração à Rasca) e Grécia (ocupação da praça Syntagma), os subúrbios londrinos, os estudantes no Chile, o movimento *Occupy Wall Street* (EUA) e seus diversos desdobramentos, inclusive no Rio de Janeiro e em São Paulo. Todos esses movimentos ocuparam praças, usuram as redes sociais para sua organização e mobilização, e recusaram as formas institucionais tradicionais. Tudo isso denota uma descrença nas instituições partidárias e sindicais, entretanto, abandoná-las significa “entregá-las ao inimigo”... A solução não é simples... É preciso traduzir esses atos em novas organizações; é preciso organizar-se mais para pressionar os governos e pautar reformas.

Essas mobilizações “reivindicavam a democratização radical contra a farsa democrática dos países capitalistas centrais”³⁴. Não resta dúvida que ocupar pacificamente e de forma coletiva as ruas e as praças, os espaços públicos (que há muito tinham se transformado, devido à lógica neoliberal, em espaços de consumo) foi, no mínimo, fascinante.

³⁴ Alves, 2012.

Há algo no ar, ainda não sabemos se tem fôlego para continuar se mobilizando e pressionando o *status quo*, mas diversos grupos têm se manifestado e usado formas criativas de mobilizações: o TAZ (Zona Autônoma Temporária) – com tons anarquistas e muito influenciado pelos situacionistas; grupos coletivos de arte; coletivos de música – que se apresentam gratuitamente e fazem letras de contestação – como o *El Efecto*, o *Mohandas* etc. São formas de manifestação e mobilização deferentes das formas tradicionais dos antigos movimentos sociais.

Enfim, possibilidades...

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Carta Maior-Boitempo, 2012, p. 31-38.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In CORRÊA, Roberto Lobato, ROZENDAHL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 84-91.

DELEUZE, Gilles. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 828, 25 de junio de 2009. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-828.htm>>. [ISSN 1138-9796].

FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>> [ISSN: 1138-9788]

FERREIRA, Alvaro. A (re)produção do espaço urbano: confrontos e conflitos a partir da construção do espaço social na cidade do Rio de Janeiro. In RUA, João (Org.). *Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

FERREIRA, Alvaro. A (im)postura do urbano: conflitos na produção da cidade. In *Anais do I Simpósio O rural e o Urbano no Brasil*. São Paulo, 2006, CD-Rom.

FERREIRA, Alvaro. A tendência ao esvaziamento da área central da cidade do Rio de Janeiro e sua associação com a implementação do teletrabalho pelas empresas. *Scripta Nova, Revista*

Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. IX, n. 194 (81), 01/agosto/2005, ISSN:1138-9788.

FERREIRA, Alvaro. *A emergência do teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro*. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, Alvaro. A noção de totalidade e o holograma sócio-espacial: uma contribuição teórico-metodológica. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 13, 1º semestre de 2003.

FERREIRA, Alvaro. Como um “castelo de cartas”: novas territorialidades e temporalidades urbanas na cidade do Rio de Janeiro. In *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*, Belo Horizonte, 2003, CD-Rom.

FERREIRA, Alvaro. Space, time, telework and cyberspace: a new conception? In *Anais do 97º Annual Meeting of The Association of American Geographers*. Nova York, EUA, 27/02 a 03/03, 2001.

FERREIRA, Alvaro. Espaço, tempo, teletrabalho e o mundo virtual: uma nova leitura conceitual? *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 9, 1º semestre de 2001, p. 07-17.

FERREIRA, Alvaro. Telework, a new form of labor and urban (de)integration? In *Working paper do Congresso da LASA (Latin American Studies Association)*, Miami, EUA, 2000.

FERREIRA, Alvaro. *As novas tecnologias de informação e o enclausuramento nas relações sócio-espaciais: o teletrabalho no Rio de Janeiro*. 1999. 118 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA, Alvaro. O teletrabalho e o enclausuramento nas relações sócio-espaciais: três vias de análise. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 33-43, jul./dez., 1998.

FERREIRA, Alvaro. Globalização, reestruturação, “terceirização”: algo em comum? In *Anais do 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Salvador, 1997.

GOLDMANN, Lucien. A reificação das relações sociais. In FORACCHI, Marialice Mencarini, MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism*. Towards a theory of uneven geographical development. UK, London: Verso, 2006.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardia. In *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 163-190.

HARVEY, David. *Spaces of hope*. Berkeley: University of California Press, 2000.

HARVEY, David. *Justice, nature & Geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996a.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n. 39, 1996b.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

KOEPSSELL, David R. *A ontologia do ciberespaço: a Filosofia, a lei e o futuro da propriedade intelectual*. São Paulo: Madras, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne III: De la modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie du quotidien)*. Paris: L'Arche, 1982.

LEFEBVRE, Henri. Space: social product and use value. In FREIBERG, J. (ed.) *Critical Sociology: European Perspective*. New York: Irvington Publishers, 1979.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In SILVA, Catia Antonia da, FREIRE, Désirée Guichard, OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2000. 212p.

MONTEIRO, Silvana Drumond. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *DataGramZero-Revista de Ciência da Informação*, v.08, n.03, Jun/2007.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político*. Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações em um contexto de imobilismos. In RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: Clacso, 2000a.

RIBEIRO, Ana Clara Torres, SILVA, Cátia Antonia da, SILVA, Rita de Cássia da. Mutações no trabalho na periferia capitalista. *Ciência Geográfica*, VI, v. 02, n. 16, maio/agosto, 2000b, p. 09-14.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In RUA, João (Org.). *Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Espaço, tempo, razão, emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa, e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, Otília. VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 75-103.

VAINER, Carlos. Entrevista. *Proposta*, FASE. Rio de Janeiro, ano 27, n. 78, p. 40-47. set/nov. 1998.